



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 63/XV/ 1.ª SL

Aos 24 dias do mês de novembro de 2022, pelas 15:09 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, no Plenário do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Conclusão da votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023.

Conclusão da votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#) — Aprova o Orçamento do Estado para 2023.

A Comissão continuou a votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª (GOV), nomeadamente dos artigos 177.º a 199.º, das respetivas propostas de alteração e, bem assim, dos artigos 1.º, 7.º e 99.º, bem como dos Mapas anexos e normas pendentes dos dias anteriores.

Os resultados das votações encontram-se disponíveis na página do [Orçamento do Estado de 2023](#).

Os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Miguel Cabrita (PS), Hugo Carneiro (PSD), Carla Castro (IL), Mariana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Tavares (L) Rui Afonso (CH) e Patrícia Dantas (PSD) associaram-se e agradeceram a excelência da condução dos trabalhos por parte do Senhor Presidente e do Senhor Vice-Presidente, assim como o trabalho desenvolvido pelos serviços de apoio da AR, o acompanhamento dos membros do Governo e o da comunicação social.

Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente enalteceu os Senhores Deputados, valorizando a sua cooperação e o empenho ao longo de toda a discussão. Agradeceu também o trabalho dos diversos serviços de apoio, dos membros do Governo, dos serviços de segurança e da comunicação social.

Os resultados das votações encontram-se disponíveis na página do [Orçamento do Estado de 2023](#).



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 63/XV/ 1.ª SL

Já após o termo da reunião, foram apresentadas pelo CH as declarações de voto por escrito, que constam em anexo à presente ata.

A reunião foi gravada, constituindo a [gravação](#) parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede, a qual poderá ser consultada na página da iniciativa.

A reunião foi encerrada às 19:16 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de novembro 2022.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 63/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Brás (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hugo Costa (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
João Barbosa De Melo (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Patrícia Dantas (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Rui Afonso (CH)
Carla Castro (IL)
Bruno Dias (PCP)
Mariana Mortágua (BE)
Inês De Sousa Real (PAN)
Rui Tavares (L)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Tiago Brandão Rodrigues (PS)
Paulo Moniz (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
Rui Paulo Sousa (CH)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 63/XV/ 1.ª SL

Duarte Alves (PCP)

Helga Correia (PSD)

Pedro Pinto (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Anastácio (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)

Paula Cardoso (PSD)

Declaração de Voto

Proposta 812C

Taxa especial sobre transações financeiras para paraísos fiscais

Em relação à proposta 812C apresentada pelo BE, no âmbito da discussão e votação do OE para 2023, tendo como propósito introduzir uma “Taxa Especial Sobre Transações Financeiras para Paraísos Fiscais”, de 100%, o CHEGA apresenta a seguinte declaração de voto:

Tendo em conta que:

- Portugal tem assistido nos últimos anos a uma grande quebra no investimento, quer público, quer privado, com óbvias repercussões no desenvolvimento económico, sendo notório que o investimento em Portugal assenta hoje, em grande parte, na disponibilidade dos fundos europeus;
- As dificuldades de financiamento da economia, que tem obstaculizado o investimento, a criação de emprego e a mudança estrutural da economia portuguesa;
- A globalização teve como consequência um aumento da competição financeira e fiscal a nível global para captar investimento;
- Os investidores internacionais decidem onde investir de acordo com a taxa de rentabilidade, incluindo-se aqui fatores fiscais que incidem sobre os ganhos e a transferência do capital;
- O impacto que estamos a sentir, derivado da guerra na Ucrânia e do aumento das taxas de juro, torna ainda mais urgente o fortalecimento das estruturas financeiras e a recapitalização das empresas, tarefa que só poderá ser alcançada por via da captação de investimento direcionado para esse efeito;
- O reforço do capital das empresas também se concretiza por via de estímulos de natureza fiscal e que a confiança dos investidores na estabilidade legislativa é vital para que estes concretizem os seus investimentos nas empresas portuguesas;

- O impacto que um imposto sobre as Transações Financeiras poderia ter em Portugal seria reduzido, prevendo-se que a receita arrecadada seria diminuta¹ e que o efeito positivo desta última, a existir, seria insuficiente para anular o impacto negativo previsto no PIB;
- Não existe unanimidade na EU para a implementação de um imposto deste tipo, sendo que a sua implementação prejudicaria em termos de concorrência fiscal os países que o adotassem relativamente aos demais, nomeadamente ao nível da atração de investidores;

O Partido Chega opta por votar contra esta proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 38/XV/1ª por a considerar contraprodutiva e, dessa forma, atentar contra os interesses da economia e das empresas portuguesas.

Palácio de São Bento, 25 de novembro de 2022.

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui
Afonso - Rui Paulo Sousa

¹ Vide “Imposto Sobre Transações Financeiras: Qual o Impacto em Portugal?”; Gonçalves, Alberto; Lisbon School of Economics and Management; 2020.